

O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO

Leiliane Araújo da Silva Costa
leilane.etec.adm@gmail.com
Renata Rodrigues de Arruda
reroarruda@hotmail.com
Eliane Cadoná
eliane@uri.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda o combate ao racismo no contexto da educação escolar, em vista do problema da discriminação racial radicado na sociedade brasileira, nas práticas do preconceito racial e no tratamento desigual que tem afetado diferentes grupos étnicos, em especial, os negros, ferindo os princípios constitucionais e legais. O principal objetivo é investigar o papel da escola com combate ao racismo, com base na literatura. Justifica-se o estudo a abordagem às situações de racismo e discriminação racial que ocorrem dentro e fora das escolas, focando-se o respeito e a igualdade social para todos. A metodologia ampara-se em uma revisão bibliográfica de cinco obras que tratam de questões históricas e da educação antirracista. A literatura aponta como fundamental, para a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais, bem como o respeito e a valorização da diversidade cultural, pela educação formal. Enfatiza o diálogo como ferramenta essencial para que os alunos expressem com abertura e segurança suas realidades em relação ao tema. Como conclusão, tem-se que à escola cabe a responsabilidade de formar alunos críticos e responsáveis, verdadeiramente comprometidos com a promoção da igualdade e justiça social, devendo o racismo ser uma das prioridades trazidas no Projeto Político Pedagógico. O papel da escola é contribuir para com a formação de uma sociedade cada dia mais inclusiva.

Palavras-chave: Educação escolar; Racismo; Diálogo; Educação antirracista.

ABSTRACT

This article addresses the fight against racism in the context of school education, given the problems of racial discrimination rooted in Brazilian society, in the practices of racial prejudice that have affected ethnic groups. The main objective is to investigate the role of schools in combating racism, based on literature. It is justified to study the approach to situations of racism and racial discrimination that occur inside and outside schools, focusing on respect and social equality for all. The methodology is based on a bibliographical review of five works that deal with historical issues and anti-racist education. The literature points to the deconstruction of racial stereotypes and prejudices as fundamental, as well as the respect and appreciation of cultural diversity, through education in educational environments in the construction of the individual's subjectivity. Discussions are essential for students to openly and safely express their realities and potential through representation in different spaces. In conclusion, the role of the school is to contribute to the formation of an egalitarian society

<https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/index>

and the school is responsible for training critical and responsible citizens, committed to promoting equality and equity

Keywords : Schooling; Racism; Anti-racist ;education

INTRODUÇÃO

O tema de nosso estudo é o combate ao racismo. O que nos motivou a debater-lo é a persistência do problema específico do racismo e da discriminação racial arraigada em todas as instâncias da sociedade brasileira. As diferentes formas e contextos nos quais os casos de racismo e discriminação racial acontecem continuam a afetar de modo desproporcional a vida de pessoas dos mais variados grupos étnicos. As formas e práticas de preconceito tornam ainda mais evidentes as desigualdades sociais, ferindo nossa Constituição que garante que somos todos iguais perante a Lei.

Ainda que tenhamos muitos avanços sociais e políticos, questões relacionadas ao racismo nunca deixaram de existir, por estar enraizado, de modo ainda mais aprofundado, na vida de afro-brasileiros. A escola, como formadora, pode muito auxiliar na desconstrução dos preconceitos que vêm assolando as vítimas, de todas as idades e até de mais alto *status* social, com vistas a promover o respeito à dignidade humana e à cultura de igualdade social. Temos como principal objetivo: investigar o papel da escola no combate ao racismo, tendo como base, a literatura utilizada.

Analizamos o material selecionado de forma crítica e reflexiva para extrairmos as informações mais relevantes sobre o papel da escola no combate ao racismo. Ao longo do estudo, apresentamos as principais ideias dos autores frente à realidade que trazem sobre o tema, em busca da promoção da mudança de atitudes discriminatórias de modo especial, dentro das escolas.

RACISMO: O QUE TRAZ A LITERATURA

Trouxemos para esse estudo quatro obras que tratam especificamente sobre o racismo: Ângela Davis (1981), que debate sobre a educação e a libertação sob a perspectiva das mulheres negras; Sueli Carneiro (2011), que debate sobre racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; Bell Hooks (2013) que trata da educação como prática da liberdade; e um fascículo especial da Nova Escola (2022) escrito por Victor Santos, que debate sobre como construir uma escola antirracista. Essa literatura é rica e aborda sem rodeios o problema do racismo, onde ele se instala, as políticas de combate, alguns poucos avanços nesse itinerário. Carneiro (2011) inicia o debate afirmando que a desigualdade racial sempre foi relacionada à desigualdade de classe, uma espécie de bandeira que delonga de muito tempo, ou seja, construída historicamente, sendo objeto de luta de classes que divide nosso País entre dois grupos: brancos e negros.

[...] as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a

Na visão de Carneiro (2011), Lula tratou o racismo com tibieza, sem investimento algum em políticas para a erradicação das desigualdades sociais. “[...] em nenhum outro governo houve esse número de pessoas negras ocupando postos de primeiro escalão em franca sinalização para a sociedade de uma política de reconhecimento e inclusão dos negros em instâncias de poder”, ponderou Carneiro (2011, p. 19) ao se referir aos atos simbólicos de Lula. Um retrocesso atribuído ao então Presidente Lula tomou espaço na mesma Lei, quando o referido presidente vetou a abordagem de conteúdos relacionados à temática negra nas disciplinas de História e Educação Artística, por não considerar os valores sociais e culturais de outras regiões brasileiras. Vetou ainda, que a capacitação de professores envolvesse formadores que atuassem em qualquer movimento afro-brasileiro ou de instituições públicas e/ou privadas vinculadas à disciplina. Para tais vetos, o governo entendeu que não se poderia incluir na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, um tema que não lhe diz respeito. Outro contraponto, de acordo com Carneiro (2011), deu-se em relação à política de cotas e de promoção racial (PL n. 73.1999) e o Estatuto da Igualdade Racial (PL n. 3.198/2000). No entendimento de grande parte dos membros do Congresso Nacional, ambos feriam o princípio da igualdade, conforme Constituição Federal brasileira de 1988, e ameaçaria a democracia (igualdade de acesso e oportunidades). Outro desafeto foi causado pelo então Ministro Gilberto Gil, nomeado para compor o governo Lula. Ele apoiou grupos de hip-hop para evidenciar a “criatividade dos pobres”, tendo investido muito nesse tipo de cultura, defendendo a inclusão social de jovens que emergiram como lideranças, e passaram a mobilizar seus pares e outros grupos, tratando em suas músicas, de tema que retratavam seu cotidiano. Nesse meio, passou a cantar o rap, a valorizar o grafite e o break. As melodias do rap ganharam espaços de modo especial nas periferias, nas vozes dos famosos MC’s, mobilizando os jovens ao tratarem de assuntos de suas realidades, como a violência, as drogas, a exclusão social, a sexualidade desregrada, a discriminação racial, e outros

Esse movimento valorizado por Gilberto Gil recebeu críticas positivas (a) e negativas (b): (a) contribuiu para tirar alguns jovens da marginalidade social; (b) desperdiçou dinheiro público ao investir num “lixo musical que dói no ouvido” (Gancia apud Carneiro, 2011, p. 34), a permissividade em relação à apologia ao sexo livre e drogas, pois, à frente estariam artistas (MC’s e outros) ligados ao tráfico de drogas. Em meio às polêmicas midiáticas, Carneiro (2011) questiona o artigo de Bárbara Gancia (2007), dizendo que ninguém lhe conferiu autoridade para julgar tratar-se ou não de cultura as músicas que embalavam os jovens nas periferias. Rebateu ainda mais a opinião de Gancia asseverando que ela não tinha o direito de desqualificar tal expressão cultural.

Notemos que há uma lacuna entre as opiniões, os avanços e os retrocessos. Talvez mais um capricho que zelo. Olhar as situações e encontrar algo que seja comum aos “dois lados das razões” poderia concretizar uma busca verdadeira e mais próxima das

diferentes realidades do racismo enfeitado nas Leis, nos vetos, nas letras de uma cultura, na busca de uma liberdade – de ser, de exercer seus direitos igualitários.

Tal lacuna vem de outrora, como mostra o texto de Ângela Davis (1981), que aborda a emancipação do povo negro nos Estados Unidos, fruto da abolição da escravidão. Foi um marco na vida desse povo sofrido, de modo especial para as mulheres – além de escravas, eram submissas aos seus senhores, aos capitães do mato, e também aos seus maridos. Diante da promessa de vida nova, os negros não deixaram de sofrer discriminações.

A determinação da população negra foi primordial nesse tempo de início da liberdade, devido aos desafios que enfrentavam, principalmente em relação aos estereótipos. As mulheres brancas que ajudavam na formação das mulheres negras, também sofriam retaliações e perseguições, o que tornava a solidariedade um desafio também. As escolas destinadas à população negra eram vigiadas pelos escravagistas, e todo e qualquer sinal humanitário fora dali era combatido. O mesmo, em relação onde o poder escravagista ainda imperava.

Enquanto Myrtila Miner lutou para ensinar, e suas alunas para aprender, todas elas enfrentaram, despejos, tentativas de incêndio e outros crimes cometidos por gangues racistas armadas com pedras. Tinham apoio das 6 famílias das jovens estudantes e de abolicionistas como Harriet Cecher Stowe, que lhes doou parte dos direitos autorais recebidos pelas vendas de “A cabana do Pai Tomás”. (Davis, 1981, p. 111).

Carneiro (2011) conta que entre os anos de 1991 e 1993, uma série de crimes e atos violentos foram cometidos por grupos skinheads em São Paulo, contra três grupos: Federação Israelita de São Paulo, Centro de Tradições Nordestinas, e o Geledés Instituto da Mulher Negra. Jovens como o estudante negro, Fábio Henrique foram espancados até a morte por esse grupo racista e intolerante. Em forma de repúdio, essas três instituições uniram-se em manifestos e atos de repúdio que os levaram a receber apoio da classe artística, de religiosos, líderes políticos e outros que compartilhavam da ideia do combate à intolerância às identidades étnicas e religiosa.

Infelizmente os skinheads continuaram as perseguições e ataques, o que culminou no covarde assassinato homofóbico de um homem negro, Edson Neri da Silva, em fevereiro de 2000. Edson foi atacado por 18 skinheads por caminhar de mãos dadas com outro homem. Grupos neonazistas têm agido de forma mais incisiva na Europa e Estados Unidos. Na visão de Carneiro (2011), é importante buscar formas de prevenir e a intolerância e promover a tolerância, tornar evidente o valor e o direito à vida, à religião, o respeito aos estereótipos e escolhas sexuais. É preciso defender os direitos civis e praticar a justiça.

Acreditando nisso, a americana teórica feminista e mulher negra, Gloria Jean Watkins (Bell Hooks, 1952-2021), atuou de forma brilhante ao defender as mulheres negras

e trabalhadoras, as minorias. Das várias de suas experiências e histórias com o processo de educação, ela relata:

Quando entramos em escolas brancas, racistas e dessegredadas, deixamos para trás um mundo onde os professores acreditavam que precisavam de um compromisso político para educar corretamente as crianças negras. De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas. Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola. A sala de aula já não era um lugar de prazer ou de êxtase. A escola ainda era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas dos brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender. Apesar disso, essa política já não era contra hegemônica. O tempo todo, estávamos somente respondendo e reagindo aos brancos. (Hooks, 2013, p. 12).

Experiências como essa sucederam até mesmo na universidade, nos cursos de graduação e pós-graduação, relata Hooks (2013), que buscou o caminho da docência, argumentando que nesses ambientes, aprendeu sobre a professora que não queria ser. Esta professora negra sofreu muitos preconceitos, e encontrou em Paulo Freire, a educação libertadora. “O primeiro paradigma que moldou minha pedagogia foi a ideia de que a sala de aula deve ser um lugar de entusiasmo, nunca de tédio”, afirma Hooks (2013, p. 16), que continuou sua trajetória docente lutando conta o racismo e o sexismo.

A educação, como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim, o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (Hooks, 2013, p. 25)

A sala de aula é um lugar de crescimento, defendeu Hooks (2013) em toda a sua trajetória como professora, escritora, pensadora, feminista, ativista antirracista. A cor de sua pele e tudo o que sofreu enquanto aluna e no decorrer de sua carreira docente, rendeu muitos bons frutos. Ela deixou um legado de obras, artigos e prêmios que servem como sinal certo de esperança e concretização do ato de aprender para se libertar e aos outros, para combater o racismo e toda a forma de menosprezo humano.

Hooks (2013) acreditava que toda transformação requer quer e engajamento, pois, todo pensamento e ação levados adiante têm uma implicação. A multiculturalidade presente em todos âmbitos sociais não poderia ficar às cegas, e como professora, ela confiou sempre que, a sala de aula é o lugar onde se tem a oportunidade de progredir, onde se plantam as sementes das mudanças. É o lugar onde se cuida delas até que floresçam e seus pólenes multipliquem o que é bom.

Os alunos também me ensinaram que é preciso praticar a compaixão nesses novos contextos de aprendizado. Não me esqueço do dia que um aluno 8 entrou na aula e me disse: “Nós fazemos seu curso. Aprendemos a olhar o mundo de um ponto de vista crítico, que leva em conta a raça, o sexo e a classe social. E não conseguimos mais curtir a vida.”. Olhando para o resto da turma, vi alunos de todas as raças, etnias e preferências sexuais balançando a cabeça em sinal de assentimento. E vi, pela primeira vez que pode haver, e geralmente há, uma certa dor envolvida no abandono das velhas formas de pensar e saber e no aprendizado de outras formas. Respeito essa dor. (Hooks, 2013, p. 60-61).

Disso, podemos entender que toda mudança é um processo doloroso, e o preço das libertações não foge à regra. Aceitar-se e aos outros é doloroso. Mover-se para transformar-se e aos outros, é doloroso. Mas é libertador quando se consegue olhar para todos e vê-los como iguais – em todos os sentidos, ainda que suas peles, bocas, corpos e inteligências sejam diferentes – são pessoas. Obviamente que os questionamentos são muitos, pois, os “distanciamentos” entre um ser e outro, que ocupam um mesmo espaço, causam impactos internos e externos. Romper barreiras, impactam. São experiências difíceis as quais os professores precisam “integrar teoria e práxis: modos de conhecer e hábitos de ser”, como avalia Hooks (2013, p. 61). É o amadurecimento das razões, é a construção de uma comunidade, segundo a autora. É a inclusão, é ser branco ou negro, hétero ou homossexual, ateu ou religioso – tudo num só lugar e fora dele. É preciso transformar as consciências.

Como professora, reconheço que os alunos de grupos marginalizados têm aula dentro de instituições onde suas vozes não têm sido ouvidas nem acolhidas, quer eles discutam fatos – aqueles que todos nós podemos conhecer -, que discutam experiências pessoais. Minha pedagogia foi moldada como uma resposta a essa realidade. Se não quero que esses alunos usem a “autoridade da experiência” como meio de afirmar sua voz, posso contornar essa possibilidade levando à sala de aula estratégias pedagógicas que afirmem a presença deles, seu direito de falar de múltiplas maneiras sobre diversos tópicos. (Hooks, 2013, p. 113-114).

O real sentido de “dar voz” aos alunos para que eles falem de suas experiências, significa lhes oportunizar em sala de aula, o compartilhamento de seus pensamentos e sentimentos, de suas perspectivas em relação ao que vivem dentro e fora da escola, como suas preocupações e interesses. Trata-se de uma abordagem pedagógica que vê os alunos como sujeitos únicos, com suas próprias experiências e conhecimentos. Uma pedagogia que os incentive a se expressarem, 9 a valorizarem o “eu e o outro”, as adversidades. A sala de aula é um mundo de descobertas. É lendo, escrevendo, debatendo, compartilhando, refletindo, criando, que se constroem novos saberes e conhecimentos.

Dar voz significa fazer da sala de aula, um ambiente de aprendizado para a vida real, no sentido de fazer com que os alunos de fato sejam agentes participativos da própria formação (escolar / formal), onde seus interesses e necessidades individuais são parte importante do processo de ensino e de aprendizagem. O centro da educação é o aluno.

O ato de ensinar precisa ser compensador, avalia Hooks (2013), ainda que seja ele difícil, doloroso e perturbador. Ele também é confortável, desde que não seja radical (dar a voz!). É preciso saber como despertar os alunos, tirá-los das situações de tédio, tornar a aprendizagem empolgante, saber o que se passa com eles, avaliar os momentos bons e ruins que acontecem em sala de aula. É preciso professores e alunos se importarem uns com os outros, tornar cada aula, momento importante. É preciso aprender a aceitar as opiniões diferentes, e, se achar coerente, permitir-se concordar ou discorda delas, praticar a “livre expressão” (Hooks, 2013, p. 237).

Se antes imperava o silêncio do sentimento de superioridade, hoje não há mais espaço para esse tipo de conservadorismo e experiência onde um fala e outro, calado, ruma o que ouviu somente em pensamentos que se perdem num emaranhado desejo de ser ouvido.

Ouvir as vozes e pensamentos individuais uns dos outros, e às vezes relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos torna mais conscientes uns dos outros. Esse momento de participação e diálogo coletivo significa que os alunos e professores respeitam - [...] uns aos outros [...]. (Hooks, 2013, p. 247).

Segundo o SAEB, os alunos negros demonstraram menor aproveitamento acadêmico em relação aos alunos brancos, devendo-se isso a questões diretamente ligadas às desigualdades sociais. Outras pesquisas apresentaram resultados semelhantes.

São afirmações documentais, que trazem informações relevantes em relação à diferença de notas entre alunos negros e brancos nas avaliações sobre o que é visto em sala de aula. Os 10 resultados são ainda piores na disciplina de matemática. Uma das causas apontadas para esses resultados, segundo uma das pesquisas, podem ser as desigualdades sociais – situação mais expressiva na população negra. Outra diferença está na taxa de analfabetismo, que atinge mais os alunos negros com idade de 15 anos acima. É possível avaliar que o sistema educacional ainda não superou o desafio dessa problemática enraizada pelo mundo afora, de modo especial, as desigualdades sociais enfrentadas pela população negra em nosso País. Por isso a necessidade de abordar em âmbito escolar, as questões de discriminação racial e da desigualdade social. É a partir da realidade documentada que se pode trabalhar essa problemática.

O que vemos é a conscientização de todos da comunidade escolar sobre seu papel na educação escolar, na abordagem aos assuntos que também fazem parte do desenvolvimento integral do aluno, ensiná-los que é possível e necessário falar sobre suas realidades. A Educação Antirracista dá oportunidade para todos os que estão no ambiente escolar terem uma aprendizagem digna, feliz, igualitária e equânime.” – a frase é da formadora de professores, Rosa Margarida de Carvalho Rocha, a consultora do e-book – fascículo especial da Nova Escola (Santos, 2022). Em relação ao racismo, Rocha afirmar com altivez, que “a educação não é privilégio de um grupo social específico, mas é para todos”. (Santos, 2022, p. 6).

ANÁLISE E CONCLUSÃO

A escola, enquanto responsável pela educação formal de todos aqueles que conseguem nela acesso e permanência, tem o importante papel de, a partir daquilo que oferece aos seus alunos, promover uma sociedade cada vez mais inclusiva, justa e igualitária. É na escola que crianças e jovens precisam conhecer a história de todo o povo brasileiro, desde a descoberta do Brasil, a chegada dos negros, a presença dos indígenas

Cada uma das ações deve ser continuamente avaliada pela escola, de modo que se saiba como tem sido o desempenho dos envolvidos no combate ao racismo e na promoção de uma escola para todos, de modo especial, na busca de melhorar os índices de aprendizagem de todos os alunos, independente do tom de sua pele e classe social.

Concluimos este estudo afirmando que a escola tem o importante papel de combater o racismo e envolver a todos da comunidade escolar nas ações para se alcançar esse objetivo, tendo-o como uma das prioridades no Projeto Político Pedagógico, para contribuir para a formação de alunos-cidadãos conscientes e comprometidos com a igualdade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Leonardo; et all. **Manual para Escolas Antirracistas**. Companhia das Letras, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito).
- DAVIS, Ângela. Educação e libertação: A perspectiva das mulheres negras. **Mulheres, raça e classe**. Tradução do original em inglês Women, Race & Class (Nova York, Random House, 1981; Vintage, 1983), publicada mediante acordo com a Random House, divisão da Penguin Random House LLC.1981. p. 107-116.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- NOVA ESCOLA. **Como construir uma escola antirracista**. 2022.